

A TEORIA DA CRENÇA NO MUNDO JUSTO E A VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA

Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos

Isabel Falcão Correia

Resumo Neste artigo revemos a literatura correspondente à teoria e à investigação que relacionam a teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária. Numa primeira fase é exposta a teoria e são apresentados os estudos que estiveram na base do seu desenvolvimento. Em seguida são referidos os estudos em que o grau de crença no mundo justo de cada observador é medido através de uma escala. Estes estudos permitiram avaliar o efeito do grau de adesão à crença no mundo justo dos observadores na vitimização secundária e no bem-estar psicológico. São também apresentados os estudos que introduzem a categorização na relação entre a CMJ e a vitimização secundária. Finalmente discute-se a relação entre a CMJ e os níveis de processamento da informação.

Palavras-chave Vitimização; crença no mundo justo; justiça.

Introdução¹

No mundo em que vivemos quotidianamente muitas pessoas sofrem graves perdas em diversos domínios, como, por exemplo, no domínio afectivo, da saúde, profissional ou social.

Os comportamentos de ajuda são uma das reacções possíveis e muito comuns como meio de tentar minorar o sofrimento e reparar a situação das pessoas que sofrem. Mas o confronto com as tragédias dos outros não tem apenas como consequência desencadear comportamentos de ajuda. Tem ainda uma outra consequência: é potencialmente capaz de ameaçar os nossos sentimentos de segurança pessoal e de nos recordar que muitos dos aspectos da nossa existência que valorizamos e tentamos preservar podem deixar de estar presentes no futuro.

No entanto, apesar desse confronto quase permanente que nos lembra a nossa vulnerabilidade, somos capazes de nos envolver em actividades não directamente relacionadas com a protecção dessas ameaças e somos capazes de nos reproduzir e de viver com confiança no futuro. A prova é que a espécie humana se tem auto-preservedo. Como explicar este aparente paradoxo? Como podemos viver com confiança e tranquilidade quando temos conhecimento directa ou indirectamente (por exemplo, através dos meios de comunicação social) de que muitas

peçoas se confrontam com tragédias ou morrem? E quais as consequências da necessidade de mantermos a percepção da nossa invulnerabilidade na reacção face à vitimização de outras peçoas?

A teoria da crença no mundo justo (CMJ) tem tentado dar resposta a estas questões, afirmando que as peçoas desenvolvem mecanismos de defesa, para diminuir a sua percepção de vulnerabilidade e para poderem prosseguir as suas actividades quotidianas. No entanto, estes mecanismos, além de levarem à diminuição da percepção de vulnerabilidade pessoal face a situações ameaçadoras, podem também levar a uma avaliação distorcida das situações de vitimização e das vítimas.

Neste artigo apresentamos uma revisão de literatura sobre os trabalhos relacionados com a teoria da crença no mundo justo e abordaremos questões teóricas e empíricas. Começaremos por expor a teoria da crença no mundo justo e os estudos iniciais a partir dos quais se desenvolveu. Em seguida, referiremos os estudos em que a variável “crença no mundo justo” é considerada como uma variável individual que diferencia os sujeitos quanto à sua reacção às vítimas e quanto ao bem-estar psicológico. São também apresentados os estudos que introduzem a categorização na relação entre a CMJ e a vitimização secundária. Finalmente, discute-se a relação entre a CMJ e os níveis de processamento da informação.

A génese da teoria da crença no mundo justo: a constatação da culpabilização das vítimas

A teoria da crença no mundo justo (CMJ) foi concebida por Melvin Lerner (Lerner, 1980). Este autor iniciou os seus trabalhos em meados dos anos 60 (Lerner, 1965b), tendo como ponto de partida a sua experiência com doentes mentais, enquanto psicólogo clínico, e com alunos de que era professor numa faculdade de Medicina. Lerner reparou que os médicos do hospital desvalorizavam e culpabilizavam doentes mentais pela situação em que estes últimos se encontravam e pelas dificuldades consequentes com que se confrontavam.² Observou também que os alunos da faculdade tinham a mesma atitude em relação às peçoas pobres, ou seja, consideravam que essas peçoas desfavorecidas eram responsáveis pela situação em que estavam. O que o surpreendeu foi o facto de peçoas, aparentemente normais em termos intelectuais e relacionais, terem estas reacções que lhe pareceram cruéis.

Estes comportamentos têm sido também observados por outros autores. Um dos exemplos mais conhecidos é o de Ryan (1971), que constatou uma tendência para os americanos da classe média culparem os pobres por estes não tentarem ultrapassar a situação em que se encontram. Outros estudos mostram que muitas peçoas explicam a pobreza com base nas características e no comportamento dos indivíduos dessas classes menos favorecidas (no Reino Unido, Hewstone, 1989; nos Estados Unidos, Lerner & Goldberg, 1999; em Portugal, Vala, 1993). Também Wittig (1996) refere a tendência para os observadores culpabilizarem as vítimas de

injustiça social e realça o importante papel das organizações de ajuda às vítimas para contrariar essa tendência.

Estes exemplos sugerem que, muitas vezes, as vítimas, além de terem de se confrontar com as consequências negativas provocadas pelo fenómeno que as vitimizou (vitimização primária, Brickman, Rabinowitz, Karuza, Coates, Cohen & Kidder, 1982), são ainda desvalorizadas, evitadas e culpabilizadas pelos observadores, ou seja, são vitimizadas uma segunda vez. Estes comportamentos dos observadores em relação às vítimas têm sido denominados como culpabilização da vítima (Ryan, 1971) ou como vitimização secundária (Brickman *et al.*, 1982).

O facto de pessoas bem adaptadas terem comportamentos que aparentemente pareciam perversos levou Lerner a procurar uma explicação para estes comportamentos no campo dos fenómenos normais. A resposta de Lerner foi a formulação da teoria do mundo justo que passamos a apresentar.

A crença no mundo justo

Lerner considera que os comportamentos relacionados com a vitimização secundária são comportamentos funcionais essenciais para permitir que vivamos com confiança e sanidade mental e possamos fazer planos a longo prazo. Como afirmam Lerner e Simmons (1966):

(...) most people can not afford, for the sake of their own sanity, to believe in a world governed by a schedule of random reinforcements. (p. 203)

E ainda noutro texto

People want to and have to believe they live in a just world so that they can go about their daily lives with a sense of trust, hope, and confidence in their future. (Lerner, 1980, p. 14)

De facto, só podemos compreender que as pessoas mobilizem esforços para um determinado objectivo se acreditarem que existe uma relação entre o seu comportamento e o resultado (Lerner, 1965b), ou, de uma maneira mais geral, que existe uma relação entre os seus actos ou as suas características e o seu destino (Lerner & Simmons, 1966). E essa crença tem de aplicar-se a toda a gente, pois só essa condição lhe confere um carácter objectivo (Festinger, 1954). Se assim for, cada pessoa tem o que merece e os acontecimentos ocorrem por razões boas e compreensíveis. Esta crença foi designada por Lerner (Lerner e Simmons, 1966) como a crença no mundo justo (CMJ), ou seja,

(...) the belief that people get what they deserve or, conversely, deserve what they get (...). (Lerner & Simmons, 1966, p. 204).

Os mecanismos subjacentes à formação da crença no mundo justo

Lerner (1971a) considera que a CMJ se desenvolve quando a criança deixa de viver pelo “princípio do prazer” para passar a viver de acordo com o “princípio da realidade”. Este princípio leva a que a criança seja capaz de desistir de uma recompensa imediata para obter uma recompensa superior num momento posterior. Quando o faz está a acreditar que o mundo é justo, na medida em que os seus custos e investimentos se traduzirão no resultado esperado. Assim, a criança acredita que, se merecer o que pretende, de certeza que o obterá. Consequentemente, segundo a teoria da CMJ, é a crença no mundo justo que está subjacente ao desenvolvimento do “contrato pessoal” (Lerner, 1971a), através do qual as pessoas planeiam as suas acções de acordo com o princípio do merecimento, isto é, fazem investimentos e têm custos para passarem a merecer o que desejam e assim terem mais probabilidade de o obter. O sentimento de que se tem direito a algo (*entitled to*) enquanto resultado do merecimento é, segundo Lerner (1987), sentido como um imperativo. Quando as expectativas do sujeito são goradas surgem fortes reacções emocionais associadas à injustiça, como a raiva.

Assim, a CMJ assume uma importante função adaptativa. De facto, alguns estudos mostraram que, quando as pessoas se sentem impotentes para afectar o seu próprio destino, ocorre uma deterioração da integridade física e emocional do organismo (Seligman, 1975; Leftcourt, 1976; Wortman & Brehm, 1975).

Lerner (1980) propõe dois mecanismos para a construção da CMJ: as generalizações da experiência passada, entre as quais se incluem a experiência pessoal (a associação entre actos reprováveis e resultados negativos), bem como a sabedoria cultural e as histórias tradicionais (por exemplo, a fábula da cigarra e da formiga); e o equilíbrio cognitivo que procuramos, tendendo a agrupar o que é positivo com o que é positivo e o que é negativo com o que é negativo, de modo a conferir harmonia aos vários elementos (Heider, 1958). Como o próprio Heider (1958) refere, tendemos a associar a bondade e a felicidade, assim como a maldade e a punição.

Relativamente a esta componente cognitiva, Lerner (1987) faz ainda referência aos trabalhos dos psicólogos do desenvolvimento que consideram que a criança, à medida que constrói a percepção do mundo em que vive, associa aos objectos características avaliativas como bom-mau, desejável-indesejável. Assim se desenvolve a crença de que “as coisas boas acontecem a pessoas boas” (Piaget, 1965; Flavell, 1977). Lerner (1980) refere ainda que, além deste esquema, um outro esquema que é aprendido precocemente é o que se traduz pela ideia: “os resultados valorizados exigem habilidades e esforços especiais”.

Segundo a teoria da CMJ, a crença no mundo justo não desaparece com a idade adulta, e consequentemente, segundo este autor, todas as pessoas acreditam em certo grau no mundo justo, embora a intensidade desta crença possa variar de indivíduo para indivíduo. Assim, segundo a teoria da CMJ, na idade adulta, as pessoas mantêm a necessidade de diminuir a perturbação associada aos acontecimentos injustos com que se deparam.

Os mecanismos para a manutenção da crença no mundo justo

Tendo explicado os mecanismos subjacentes à formação da CMJ, como explicar a manutenção da CMJ na idade adulta, apesar das muitas situações de injustiça de que vamos tomando conhecimento ao longo da vida? Segundo Lerner (1980), existem estratégias “racionais” e estratégias “irracionais” para evitar que essa crença seja eliminada. As estratégias “racionais” são aquelas em que o sujeito diminui o seu sentimento de injustiça, tentando diminuir a injustiça sofrida pela vítima, por exemplo, através de serviços de ajuda às vítimas ou a grupos desfavorecidos. Como Lerner e Goldberg (1999) afirmam:

(...) if people have the needed resources and were given the opportunity to use them, they would try to restore justice by coming to the aid of the innocent victims. (p. 628)

Diversos estudos têm mostrado uma associação entre o grau de CMJ de uma pessoa não vitimizada (observador) e o seu comportamento de ajuda face a indivíduos vitimizados (e.g. Bierhoff, Klein & Kramp, 1991).

Um estudo que mostra que as pessoas tendem a recorrer a estratégias racionais quando estas estão disponíveis foi o realizado por Lincoln e Levinger (1972). Estes autores mostraram que, quando os sujeitos sabem que as suas avaliações podem ter influência no destino da vítima, e assim têm possibilidade de reduzir a injustiça a que esta foi sujeita, avaliam a vítima tanto mais positivamente quanto maior acham que foi a injustiça que esta sofreu. Pelo contrário, se é dito aos sujeitos que os dados são apenas para um estudo do experimentador e os sujeitos sentem então que não podem afectar o destino da vítima, verifica-se uma culpabilização da vítima, quer pelos que acham que ocorreu uma injustiça, quer pelos que acham que a vítima não foi alvo de uma injustiça. Assim, quando o observador não pode eliminar o sofrimento da vítima, pode tentar aliviar o seu próprio sofrimento, recorrendo a estratégias “irracionais”, de modo a pensar que nenhuma injustiça ocorreu. Referindo-se à CMJ, Lerner e Goldberg afirmam:

Maintaining this belief is so important, and the awareness of underserved suffering is so threatening to people, that they may resort to condemning and blaming objectively innocent victims — victims whom, under other circumstances, they would try to rescue and compensate because of their obvious innocence. (Lerner & Goldberg, 1999, p. 628)

E mais à frente continua:

(...) the resultant anger, sadness, fear, insecurity, helplessness, and even the grief can be relieved if one adopts a belief system that redefines what occurred so that an injustice had not taken place: Either the victim is not really a “good” person, or something “bad” has not happened. (p. 635)

Assim, estes autores consideram que, entre essas estratégias, contam-se a desvalorização da vítima, a culpabilização da mesma ou a negação do seu sofrimento. Lerner (1980) refere ainda a tendência para evitarmos tomar conhecimento, por exemplo através da televisão ou mesmo pessoalmente, de situações consideradas chocantes e que ameaçam a CMJ, como por exemplo, imagens de pessoas com fome ou agredidas.

Seguidamente apresentamos investigações empíricas que podem ser tomadas como exemplos dessas estratégias.

Numa situação extrema, a negação do sofrimento pode assumir a forma de negação de um acontecimento, como é o exemplo referido por Hallie (1971), que relata o facto de muitos alemães que viviam na altura do regime nazi negarem a existência de assassinios em massa.

Como exemplos de evitação da vítima, Cobb (1976) e Cobb e Erbe (1978) notam que os pacientes oncológicos muitas vezes se queixam do distanciamento dos amigos. Também Snyder e colaboradores (1979) observam que as pessoas tendem a evitar o contacto com pessoas deficientes.

Relativamente à desvalorização da vítima, ela tem lugar quando esta, pelo seu carácter ou posição social, é considerada merecedora do sofrimento (atribuição de responsabilidade moral). A culpabilização tem lugar quando a causa do acontecimento que provocou o sofrimento é atribuída ao comportamento da vítima (atribuição de responsabilidade comportamental). Segundo Lerner e colaboradores (Lerner & Simmons, 1966), as pessoas começam por tentar encontrar nos comportamentos da vítima uma explicação para o que lhe sucedeu. Se o conseguirem, então consideram que a vítima merece o que lhe sucedeu devido aos actos que praticou e a CMJ fica preservada. No entanto, quando não é possível a atribuição de responsabilidade comportamental, a CMJ pode ser preservada desvalorizando a vítima (atribuição de responsabilidade moral), de modo a que esta passe a merecer o que lhe aconteceu por ser má pessoa (Lerner & Simmons, 1966). Recordando as palavras de Lerner e Simmons (1966):

(...) there seem to be two senses in which people are considered to be deserving. They are seen as deserving if they have behaved in an appropriate or commendable fashion, and, in another sense, are considered deserving if they are personally good and desirable. If the person is motivated to believe he lives in a world where he can obtain the things he want and avoid threatening events, then it seems likely that these two paths to reward (performance versus personal worth) can be ordered in terms of preference for the individual. It would seem preferable to a person to believe that desired goals come as a result of appropriate acts rather than of personal characteristics, since he is more able to change and control his behavior than his intrinsic personal worth. (p. 204)

Também Janoff-Bulman (1979) distingue entre culpa comportamental e culpa personalógica. Na primeira o indivíduo é culpado pelo seu comportamento ou acções, na segunda a culpa é atribuída ao seu carácter ou personalidade.

Comby, Devos e Deschamps (1995) sugerem uma outra maneira de

operacionalizar a distinção entre responsabilidade comportamental e moral, alegando que a atribuição de responsabilidade comportamental também pode incidir sobre a desvalorização da vítima em certos traços de personalidade, nomeadamente nos que são relativos à responsabilidade. Segundo estes autores, a atribuição de responsabilidade moral refere-se apenas à desvalorização da vítima em traços relacionados com a simpatia.

Como exemplo de reinterpretação de um acontecimento através da desvalorização das vítimas, ainda Hallie (1971) e também Bettelheim (1943) referem que muitos alemães que viviam na altura do regime nazi consideravam que as pessoas que eram mandadas para os campos de morte eram membros de uma raça impura que mereciam esse destino. Também Goffman (1963) observou que é comum as pessoas considerarem as deficiências físicas dos outros como indício de um defeito de carácter ou como castigo por uma acção que merece ser punida. Um exemplo é o estudo realizado por Stein (1973), que mostrou que uma pessoa a quem acontece algo mau, embora considerada menos responsável por esse destino, é considerada menos atraente do que uma pessoa que se confronta com um destino neutro. Também MacDonald (1972) mostrou que, quanto menos responsável é uma vítima, maior é a injustiça percebida e maior a necessidade de desvalorizar a vítima.

Numa dimensão transcultural Murdock (1980) refere que em muitas sociedades a doença é explicada como retribuição por transgressões morais. Sendo assim, a doença será sempre justa.

Estas estratégias “irracionais” são consideradas por Lerner como defesas psicológicas que reduzem a perturbação associada ao testemunho de uma injustiça ao diminuírem a percepção de vulnerabilidade do observador.

I came to realize that this defense was needed for anyone to be able to function for so long with so many people who were suffering, hurt, and would stay that way for a long time (...). It was obviously a self-protective device, broken through and at times voluntarily set aside when there was a real possibility for trying something new (...). (Lerner, 1980, p. 2).

É esta necessidade de redução da perturbação que motiva a crença no mundo justo. Assim, segundo este autor, existe uma motivação para a reorganização das cognições quando existe discrepância entre as características ou os actos de uma pessoa e o seu destino. A crença no mundo justo é, portanto, motivada.

(...) people have a great need to believe in a good and just world. (Lerner & Simmons, 1966, p. 209)

Diversos estudos de Lerner e colaboradores (e.g. Lerner & Simmonos, 1966) mostraram o recurso a estas estratégias “irracionais” para restabelecer a CMJ, nomeadamente o recurso à desvalorização da vítima e à culpabilização da vítima. A negação do sofrimento da vítima e a evitação da vítima têm sido menos estudados. Segundo Lerner (1980) e Lerner e Goldberg (1999), todas estas estratégias funcionam como

protectores da CMJ contra as evidências contraditórias referentes às injustiças que não podemos negar.

Vamos apresentar os estudos iniciais realizados por Lerner que deram origem à criação da teoria da CMJ.

Os estudos iniciais de Lerner e colaboradores cujos resultados ilustram os mecanismos para preservação da crença no mundo justo

O estudo em que Lerner, pela primeira vez, enuncia o princípio “as pessoas merecem o que lhes acontece”, foi publicado em 1965. Neste estudo, Lerner (1965b) faz referência a outras investigações (Aronson & Mills, 1959; Yaryan & Festinger, 1961) que mostram que os indivíduos tendem a estabelecer uma relação entre esforço e resultado, ou seja, quanto maior o esforço mais o indivíduo se convence que o resultado desse esforço vai ser o que ele deseja (Yaryan & Festinger, 1961), e mais o resultado lhe parece atraente (Aronson & Mills, 1959).

Se considerarmos que, segundo o processo de comparação social (Festinger, 1954), os indivíduos se auto-avaliam comparando-se uns com os outros em dimensões relevantes, seria de esperar que esta relação esforço-resultado também existisse quando o avaliador é um observador exterior e não o próprio indivíduo envolvido na tarefa. É com o objectivo de investigar a extensão deste fenómeno à avaliação por um observador que Lerner realiza o estudo publicado em 1965. No entanto, enquanto nos estudos de Aronson e Mills (1959) e Yaryan e Festinger (1961), os autores avaliavam a percepção do resultado em função do esforço, neste estudo Lerner analisa a percepção do esforço em função do resultado.

A tarefa dos sujeitos consistia em observar e avaliar o trabalho de duas pessoas (comparsas) que realizavam uma tarefa em conjunto. Os sujeitos eram informados de que essas duas pessoas tinham aceite realizar essa tarefa o melhor que podiam, embora soubessem que por escassez de recursos só um deles seria pago pela sua participação. A selecção do participante que iria ser pago seria feita ao acaso e os indivíduos que realizavam a tarefa só saberiam no final da mesma qual o resultado desse sorteio. A manipulação experimental consistia na informação dada aos sujeitos sobre qual dos dois indivíduos iria ser pago, informação essa que era dada no início do estudo. Lerner previa que os observadores avaliariam mais positivamente o trabalho do indivíduo seleccionado para ser pago do que o trabalho do indivíduo não seleccionado. Deste modo, assegurariam que não ocorreu nenhuma injustiça. Os resultados confirmaram a hipótese. Com este estudo Lerner mostrou, assim, que as pessoas se apoiam no resultado de um determinado acontecimento para dar sentido ao que observaram, mesmo quando esse resultado é determinado pelo acaso e as pessoas o sabem. Assim podem preservar a sua CMJ, dado que não consideram que esteja envolvida qualquer injustiça.³

E o que acontecerá no caso em que o que está em causa é uma injustiça que envolve não ausência de consequências positivas para uma pessoa que se esforça,

mas sim a atribuição de consequências negativas? Lerner e Simmons (1966) realizaram um estudo para determinar como as pessoas reagem perante outras pessoas que sofrem sem terem feito nada para merecer esse sofrimento. Estes autores previram que as pessoas confrontadas com uma situação em que uma vítima está a sofrer e sem terem poder para alterar o destino dessa vítima, tal como no estudo anterior, iriam tentar redefinir a situação de modo a que esta fosse percebida como justa. Previram que quanto maior fosse o sofrimento não merecido da vítima maior a desvalorização da mesma.

Considerando as várias possibilidades de reinterpretação dos acontecimentos de modo a preservar a CMJ, os observadores poderiam redefinir a situação de injustiça acreditando que a própria vítima causou o seu sofrimento (atribuição de responsabilidade comportamental), ou avaliando a vítima como o tipo de pessoa que merece sofrer (atribuição de responsabilidade moral). Para que apenas este último processo pudesse estar presente, a situação experimental era construída de modo a minimizar a atribuição de responsabilidade comportamental à vítima. Assim, neste estudo, a situação era apresentada aos sujeitos de modo a que estes pensassem que a vítima só tomava conhecimento do sofrimento a que ia ser submetida (choques eléctricos fortes) poucos minutos antes do início do estudo.

Os sujeitos, do sexo feminino, esperavam alguns minutos numa sala de espera e a eles juntava-se uma comparsa do experimentador que se fazia passar por outra estudante. O estudo era apresentado como sendo sobre percepção de emoções, e a vítima (comparsa) deveria participar num segundo estudo sobre aprendizagem humana. Os sujeitos iriam observar a reacção da comparsa no estudo sobre aprendizagem. Assim, a informação de que a condição que lhe tinha sido atribuída implicava receber choques eléctricos era dada à comparsa apenas momentos antes do início do estudo.

Os sujeitos foram distribuídos por seis condições experimentais:

- Condição “recompensa”: no final da sessão os sujeitos podiam decidir por votação secreta se o sofrimento da vítima iria continuar ou não e, seguidamente, eram informados de que o resultado dessa votação tinha sido no sentido da cessação do sofrimento, pelo que, na próxima sessão a vítima receberia dinheiro pelo seu desempenho. Nesta condição os sujeitos tinham, pois, oportunidade para influenciar o destino da vítima e tinham ainda a confirmação de que o tinham conseguido alterar.
- Condição “decisão de recompensa”: no final da sessão os sujeitos podiam decidir por votação secreta se o sofrimento da vítima iria continuar ou não, mas não eram informados sobre o resultado dessa votação. Nesta condição os sujeitos tinham então oportunidade para influenciar o destino da vítima, mas, ao contrário da condição anterior, não tinham a confirmação de que o tinham conseguido alterar.
- Condição “fim da experiência”: no final da sessão os sujeitos eram informados de que o estudo tinha acabado e, consequentemente, o sofrimento da vítima também.
- Condição “meio da experiência”: no final da sessão os sujeitos eram

- informados de que o estudo iria continuar após um intervalo e, portanto, o sofrimento da vítima também.
- Condição “passado”: no final da sessão os sujeitos eram informados de que a gravação a que tinham assistido já tinha sido feita há algum tempo e que, portanto, nesse momento a vítima estava bem.
 - Condição “mártir”: a vítima começava por recusar-se a participar num estudo em que ia apanhar choques, mas após a insistência do experimentador aceitava *explicitamente* submeter-se aos choques para não inviabilizar o desenrolar do estudo e assim não prejudicar os observadores. No final da sessão os sujeitos eram informados de que o estudo tinha acabado e, assim, o sofrimento da vítima também.

Os resultados mostraram que a vítima foi avaliada mais negativamente na condição “mártir” e menos negativamente nas condições “recompensa”, “passado” e “fim da experiência”. Os resultados confirmam a predição de que é nas condições em que é dito ao sujeito que a vítima já não voltará a sofrer (condições “recompensa”, “passado” e “fim da experiência”) que ocorre menor desvalorização da vítima.⁴ Estas situações parecem ser menos ameaçadoras para a concepção do sujeito acerca da justiça da situação e, portanto, desencadearão menor motivação para desvalorizar a vítima.

Estes resultados levaram Lerner e Simmons a concluir que muitas vezes as pessoas “normais” podem avaliar negativamente as vítimas inocentes quando não podem intervir para corrigir a injustiça. Além da desvalorização das vítimas, os autores referem ainda outras distorções encontradas na avaliação dos observadores desta situação, como a negação do sofrimento da vítima, alegando que esta está a exagerar, e a distorção das condições em que a vítima se voluntariou para o estudo, considerando que esta já tinha conhecimento de que iria ser submetida a choques eléctricos.

Num outro estudo Lerner (1971b, exp. 3) verificou novamente, à semelhança da condição “recompensa” do estudo anterior, que se o sofrimento for compensado (neste caso, economicamente) não se observa a desvalorização da vítima que recebe choques.

Além da tentativa para preservar a CMJ dos sujeitos, outra das hipóteses possíveis para explicar a avaliação negativa das vítimas seria a percepção de responsabilidade dos observadores pelo sofrimento da vítima. Diversos estudos (Davis & Jones, 1960; Glass, 1964; Lerner, 1965a) tinham mostrado que a responsabilidade directa pelo sofrimento de outro leva à rejeição e desvalorização da vítima por parte de quem lhe provocou o sofrimento. De qualquer modo, se no estudo de Lerner e Simmons (1966) houvesse percepção de responsabilidade do observador em relação ao sofrimento da vítima, essa responsabilidade só poderia ser indirecta, na medida em que o sujeito não exerce qualquer acção directa sobre a vítima ou sobre quem causa o sofrimento à vítima (Lerner & Matthews, 1967; Cialdini, Kendrick & Hoerig, 1976).⁵

Podemos considerar que existe alguma responsabilidade indirecta por parte dos indivíduos beneficiados em relação aos prejudicados quando a relação entre

ambos é de interdependência negativa, ou seja, quando os seus resultados estão inversamente relacionados. Nesta situação os ganhos para uns significam perdas para o outro e reciprocamente. Lerner e Matthews (1967) realizaram então um estudo para investigar se a responsabilidade indirecta pelo sofrimento das vítimas também poderia levar à desvalorização das mesmas.

Nesse estudo, os sujeitos eram levados a acreditar que iam participar numa investigação sobre aprendizagem humana, devendo formar um par com um outro sujeito (comparsa). Uma das manipulações experimentais consistia no tipo de reforço atribuído a cada sujeito, sendo essa atribuição feita supostamente de modo aleatório. De facto, essa atribuição não era aleatória: ao comparsa eram sempre atribuídos choques eléctricos; aos sujeitos experimentais eram atribuídos ou dinheiro ou nenhuma consequência (ausência de reforço). Assim, o sujeito, comparativamente, era sempre beneficiado em relação ao comparsa.

A outra manipulação experimental consistia nos procedimentos para determinar essas situações de reforço:

- Condição de interdependência negativa com responsabilidade indirecta pelo sofrimento do outro: o sujeito determina o resultado do par tirando um número ao acaso;
- Condição de interdependência negativa sem responsabilidade indirecta pelo sofrimento do outro: é o outro sujeito que determina o resultado do par tirando um número ao acaso;
- Condição de independência: os resultados dos dois sujeitos são independentes, ou seja, o resultado de um não determina o resultado do outro.

Combinando estas manipulações experimentais, obtemos um desenho 2x3 com seis condições. Numa condição controlo (sétima condição) o reforço era neutro para ambos os sujeitos, e este resultado era obtido independentemente para ambos os sujeitos.

Os resultados mostraram que os sujeitos avaliam mais positivamente o outro elemento quando é este último que faz a extracção ao acaso do que quando é o sujeito que a faz. Quando é o sujeito que faz a extracção, a avaliação do outro é mais negativa do que na condição de independência de destino, quando o sofrimento do outro não é determinado pelo sujeito. Nesta condição de independência de destino (em que há sofrimento da vítima), a avaliação do indivíduo prejudicado é igual à condição controlo (em que não há sofrimento), o que mostra que não é o sofrimento da vítima que leva à desvalorização desta pelo observador, mas sim a percepção de responsabilidade por esse sofrimento, mesmo que essa responsabilidade seja indirecta.

Um outro resultado que apoia esta interpretação foi obtido por Mills e Egger (1972) que mostraram que, quando os sujeitos podiam escolher baixar a intensidade dos choques administrados a uma vítima no paradigma de Lerner e Simmons (1966) (e assim deixavam de ser cúmplices do sofrimento da vítima), diminuía a tendência para os sujeitos desvalorizarem as vítimas. Quando os sujeitos não tinham essa possibilidade de escolha e, pelo contrário, eram as

instruções que lhes pediam que diminuíssem os choques, a desvalorização das vítimas mantinha-se.

Também Cialdini, Kendrick e Hoerig (1976) obtiveram resultados que mostram que a desvalorização da vítima é maior quando a cumplicidade do sujeito no sofrimento da vítima é maior. Estes três estudos apoiam a interpretação da desvalorização da vítima como resultado da percepção dos sujeitos enquanto estando implicados nesse sofrimento, e não da percepção do sofrimento considerado não merecido.

Em resumo, estas investigações apoiam a existência de uma motivação para manter a CMJ. No entanto, estes estudos não consideram a intensidade da CMJ de cada indivíduo, ou seja, não consideram como as diferenças individuais na CMJ afectam as atitudes e comportamentos face às vítimas. A escala de Rubin e Peplau (1973; 1975) permitiu considerar o efeito do grau de adesão à CMJ. Seguidamente apresentamos os resultados desses estudos.

O efeito do grau de adesão à crença no mundo justo na avaliação das vítimas pelos observadores

Para poder avaliar as diferenças individuais relativamente à crença no mundo justo (CMJ) Rubin e Peplau construíram uma escala para medir:

um contínuo atitudinal entre os dois pólos de total aceitação e total rejeição da noção de que o mundo é um lugar justo. (1975, p. 66)

Esta escala estimulou muito a investigação e permitiu a passagem dos estudos experimentais para estudos correlacionais. Nos estudos experimentais, que tiveram origem nos primeiros trabalhos de Lerner já citados (Lerner, 1965b; Lerner & Simmons, 1966; Lerner & Matthews, 1967), a manipulação da ameaça à crença no mundo justo dos sujeitos era feita induzindo diferentes graus de vitimização primária, e depois media-se a vitimização secundária. Nos estudos correlacionais, os mais frequentes depois da construção da escala de CMJ, passou-se a medir a correlação entre a crença no mundo justo de um indivíduo e o grau de vitimização secundária.

Os tipos de vitimização estudados têm sido diversos. A maior parte dos resultados tem mostrado que os sujeitos com maior CMJ tendem a vitimizar mais as vítimas do que os sujeitos com baixa CMJ. No entanto, e embora não seja um aspecto central desta revisão de literatura, não podemos deixar de referir que esta escala tem sido objecto de grande polémica relativamente ao seu carácter unidimensional ou pluridimensional⁶ e à sua precisão⁷ psicométrica.

Passamos a apresentar alguns dos estudos em que se mede a correlação entre a crença no mundo justo de um indivíduo e o grau de vitimização secundária. Como já referimos, a maioria destes estudos mostraram que, quando confrontados com uma vítima inocente e sem poder para eliminar ou diminuir o sofrimento da

vítima, os sujeitos com elevada CMJ vitimizam mais essas vítimas do que os sujeitos com baixa CMJ (*e.g.* Wagstaff, 1983). No entanto, outros estudos não encontraram efeitos da variável CMJ (*e.g.* Rubin & Peplau, 1973; Zucker & Weiner, 1993; Kerr & Kurtz, 1977; Muller, Caldwell & Hunter, 1994) ou encontraram mesmo efeitos opostos aos preditos pela teoria da CMJ (Drout & Gaertner, 1994).

Nestas investigações têm sido considerados vários tipos de situações de vitimização, incluindo violação (*e.g.* Wagstaff, 1983; Kleinke & Meyer, 1990), cancro (*e.g.* Maes, 1994), SIDA (*e.g.* Furnham & Procter, 1992; Connors & Heaven, 1990; Glennon, Joseph & Hunter, 1993), outras doenças (*e.g.* Clyman, Roth, Sniderman & Charrier, 1980), pobreza (*e.g.* Smith, 1985; Harper & Manasse, 1992; Furnham & Gunter, 1984), desigualdades relacionadas com os papéis sexuais (*e.g.* Rubin & Peplau, 1973) ou com a "raça" (*e.g.* Rubin & Peplau, 1973) bem como a responsabilidade por acidentes (Taylor & Kleinke, 1992).

De seguida apresentaremos esses estudos, começando pelos que encontraram correlações significativas entre a CMJ e a vitimização secundária. O tipo de estratégia estudada para preservar a CMJ varia consoante os estudos (negação do sofrimento, evitação da vítima, responsabilização moral da vítima e responsabilização comportamental).

Zuckerman, Gerbasi, Kravitz e Wheeler (1974) compararam reacções a vítimas inocentes entre pessoas com baixa e alta CMJ. Replicaram o paradigma de Lerner e Simmons (1966) já apresentado. Os resultados mostraram que os sujeitos com elevada CMJ desvalorizavam mais as vítimas do que os sujeitos com baixa CMJ, e avaliavam a experiência a que as vítimas estavam a ser submetidas como mais necessária e menos cruel. Num segundo estudo, os mesmos autores pediam aos sujeitos que avaliassem uma vítima de violação. Do mesmo modo que no estudo anterior, os sujeitos com maior crença no mundo justo desvalorizavam mais a vítima do que os sujeitos com baixa CMJ.

Vários outros estudos mostram resultados semelhantes. Kleinke e Meyer (1990) mostraram que homens com elevada CMJ avaliavam uma mulher vítima de violação mais negativamente do que homens com baixa CMJ. Na mesma linha destes resultados, Wagstaff (1983) mostrou que os sujeitos com elevada CMJ atribuíam mais responsabilidade e provocação às vítimas tanto num crime pouco severo (roubo) como num crime grave (violação).

Relativamente à reacção dos observadores face a vítimas de doenças, Furnham e Procter (1992) e Connors e Heaven (1990, na amostra masculina) encontraram uma correlação positiva entre a CMJ e a evitação de vítimas de SIDA. Também Glennon e Joseph (1993), numa amostra de estudantes universitários, mostraram que a crença de que a SIDA é considerada um castigo merecido para os homossexuais por comportamento sexual não saudável estava associada com a elevada CMJ.

Relativamente a outras doenças, Clyman, Roth, Sniderman e Charrier (1980) mostraram que, numa amostra de trabalhadores de saúde pediátrica, as pessoas com elevada CMJ tinham mais probabilidade de culpar os pais de crianças com doenças perinatais por estas doenças dos seus bebés do que as pessoas com baixa CMJ. Maes (1994) mostrou uma associação positiva entre a CMJ e a responsabilização e culpabilização de vítimas de cancro. Os resultados de MacLean e Chown

(1988) mostraram que os sujeitos com elevada CMJ responsabilizavam mais as pessoas idosas por estarem doentes ou terem dificuldades económicas, do que os sujeitos com baixa CMJ.

Relativamente ao julgamento face às vítimas da pobreza, Smith (1985) analisou empiricamente a relação entre a CMJ e várias ideias sobre as desigualdades sociais. Os resultados mostraram que quanto maior a CMJ maior a probabilidade de percepção das desigualdades como justas, inevitáveis e imutáveis; maior a desvalorização dos pobres, valorização dos ricos e favorecimento de explicações individualistas em relação à desigualdade em detrimento das explicações estruturais. Quanto mais alta a CMJ menor a percepção da extensão das desigualdades. Na mesma linha destes resultados, num outro estudo, Harper e Manasse (1992) mostraram que as pessoas com maior crença no mundo justo acreditam menos que a pobreza no terceiro mundo se deve à exploração, à guerra e aos sistemas económicos mundiais. Também Furnham e Gunter (1984) encontraram uma correlação positiva entre a crença no mundo justo e as atitudes negativas em relação aos pobres. Verificaram também que oito dos doze itens de uma escala de pobreza estão significativamente relacionados com a CMJ.

Relativamente à vitimização relacionada com a desigualdade devida aos papéis sexuais ou à etnia, Rubin e Peplau (1973) pediam aos sujeitos que indicassem o grau em que concordavam com frases sobre o grau em que os negros e as mulheres eram responsáveis pela sua situação social. Os resultados mostraram uma correlação entre a CMJ e a responsabilização dos negros e das mulheres pela sua situação desprivilegiada, respectivamente, em relação aos brancos e aos homens. Na mesma linha destes resultados estão os de Ellard e Bates (1990), que mostram que a tendência para associar atributos pessoais ("raça", sexo e profissão) com o poder e prestígio é maior nos sujeitos com elevada CMJ. Também Peplau e Tyler (1975) obtiveram uma correlação positiva entre a CMJ e as pontuações numa escala de papéis sexuais tradicionais, e Wagstaff e Quirk (1983) obtiveram uma forte correlação entre a CMJ e as pontuações de um inventário de 20 itens sobre papéis sexuais. Os resultados de Dion e Dion (1987) mostraram que a CMJ pode influenciar as percepções e expectativas dos observadores mesmo na ausência de uma ameaça a essa crença. De facto, um índice de deseabilidade social e um índice de sucesso na vida estão mais correlacionados quando as pessoas têm elevada CMJ do que quando têm baixa CMJ, sugerindo que as pessoas com elevada CMJ podem responder mais facilmente a indicações estereotípicas e características de estatuto do que as pessoas com baixa CMJ.

Se considerarmos que a ocorrência de um acidente quando se tomaram todas as medidas razoáveis para o evitar é uma forma de vitimização primária, Taylor e Kleinke (1992) mostraram que um condutor que teve um acidente é considerado como mais responsável e menos credível por pessoas com elevada CMJ do que pelas pessoas com baixa CMJ.

Montada (1992) mostrou que a responsabilização da vítima estava positivamente correlacionada com a CMJ num conjunto de situações de natureza muito diferente, nomeadamente o desemprego, o cancro (do pulmão, do cólon, e a leucemia) e os acidentes de viação. Clayton (1992) mostrou que, perante uma lista de 18 situações injustas, as pessoas com maior crença no mundo justo tendiam a

avaliar essas situações como sendo mais justas em comparação com as pessoas com CMJ baixa.

Apesar de toda esta evidência confirmatória para a teoria da CMJ, alguns estudos não encontraram uma correlação significativa entre CMJ e vitimização secundária e um estudo encontrou mesmo uma correlação negativa. Assim, Rubin e Peplau (1973) não encontraram uma associação significativa entre CMJ e culpabilização dos pobres, tal como Zucker e Weiner (1993) não encontraram uma associação significativa entre a CMJ e as explicações individualistas para a pobreza. Kerr e Kurtz (1977) também não encontraram uma correlação significativa entre o grau de CMJ e a responsabilidade atribuída a uma vítima de violação. Do mesmo modo, Muller, Caldwell e Hunter (1994) não encontraram uma correlação significativa entre o grau de CMJ dos observadores e as atitudes negativas face a crianças vítimas de maus tratos parentais nem na atitude face a uma vítima de violação.

Finalmente, Drout e Gaertner (1994) obtiveram mesmo resultados opostos: sujeitos do sexo masculino mostravam mais comportamentos de ajuda face a uma vítima de violação que ia ser membro do seu grupo do que os sujeitos com baixa CMJ. Uma das razões pelas quais estes resultados podem ter sido encontrados é a categorização da vítima como membro do seu grupo, tal como referiremos num ponto adiante. Uma outra razão pode ser a antecipação de futura interação com a vítima pois, tal como mostraram Stokols e Schopler (1973), a antecipação de futura interação com uma vítima previne a sua desvalorização.

Dolinski (1991) refere que é difícil comparar resultados obtidos em diferentes estudos porque os instrumentos para medir a CMJ variam (ex: escala de CMJ de Rubin e Peplau, 1975; escala geral de CMJ de Dalbert, Montada e Schmitt (1987), escala global de CMJ de Lipkus (1991); alguns itens da escala de CMJ de Rubin e Peplau), são apresentados diferentes números de pontos para os sujeitos manifestarem o seu grau de acordo em relação aos itens da escala (ex: 5 pontos, 6 pontos; 7 pontos) e a informação que é dada acerca da distribuição da CMJ ou o que se considera CMJ alta e baixa é diferente (e.g. acima da mediana/abaixo da mediana; acima do percentil 75/abaixo do percentil 25).

No entanto, pensamos que o conjunto destes estudos constitui uma forte evidência para a influência do grau de adesão à CMJ na avaliação da vítima pelos observadores, sendo esta avaliação em geral tanto mais negativa quanto maior a CMJ. Assim, quanto maior a CMJ maior parece ser a intensidade de um ou mais tipos de vitimização secundária.

Novas perspectivas da teoria da crença no mundo justo

De seguida apresentaremos as novas perspectivas abertas pela investigação no âmbito da teoria da crença no mundo justo. Esses novos desenvolvimentos referem-se ao efeito dos processos de categorização na vitimização secundária e à influência da crença do mundo justo no bem-estar psicológico.

A influência da categorização no efeito da crença no mundo justo na avaliação das vítimas pelos observadores

Será que o facto de a vítima e o observador pertencerem ao mesmo grupo ou a grupos diferentes (categorização) tem influência na avaliação das vítimas pelos observadores? Esta é uma questão a que Lerner responde afirmativamente, quando considera que uma das estratégias que permitem reconhecer uma injustiça sem que a CMJ seja ameaçada é a categorização do mundo das vítimas como um mundo diferente do mundo do observador (Lerner, 1980). Lerner considera ainda que a categorização influencia a percepção do que cada um dos grupos merece, de acordo com a norma genérica de favoritismo pelo próprio grupo, identificada por Tajfel e colaboradores (1971), segundo a qual os membros de cada grupo devem favorecer o seu grupo em relação ao grupo dos outros, e expresso na frase “We deserve more than they” (Lerner, 1980, p. 17). Defende também que um dos critérios para determinar o que cada um merece é o grupo social a que pertence, sendo os grupos minoritários geralmente avaliados negativamente e considerados diferentes e, portanto, merecendo menos.

Certain attributes, including simple membership in the society, entitle one to certain desired outcomes — respect, affection and security. There are other personal qualities which imply superior standing on social standards. (Lerner, 1980, p. 11)

Lerner refere ainda que é mais importante preservar a CMJ no que diz respeito ao “mundo” em que as pessoas vivem, do que a outros mundos, em que o que se passa tem menos relevância para a vida das pessoas em causa (Lerner & Miller, 1978):

(...) people will be concerned primarily with their own world, the environment in which they must live and function. To witness and admit to injustices in other environments does not threat people very much because these events have little relevance for their own fates. As events become closer to their world, however, the concern over injustices increases greatly, as does the need to explain or make sense of the events. (p. 1031)

Ou seja, é menos assustador quando algo de mau acontece a um dos “outros” do que quando algo de mau acontece a alguém semelhante à vítima. Para exprimir esta mesma ideia Deutsch (1985) usou o termo *scope of justice* para se referir ao grau em que as pessoas incluem outros na sua comunidade moral. Este autor considera que as pessoas acreditam que os princípios de justiça se aplicam preferencialmente aos indivíduos que estão incluídos nessa comunidade, e que as injustiças que ocorrem fora dessa comunidade são mais facilmente toleradas.

Na mesma linha de raciocínio, outros autores como Dalbert, Fisch e Montada (1992) referem também que a convicção de que as oportunidades e recompensas são oferecidas com justiça deve ser preservada e defendida principalmente no nosso “próprio mundo”. O facto de a injustiça existir ou não em “outros mundos” não nos afectaria do mesmo modo.

Alguns estudos (Novak & Lerner, 1968; Jones & Aronson, 1973) mostraram que a semelhança em relação à vítima, que pode estar subjacente a uma categorização da vítima como membro do próprio grupo, pode levar ao aumento da evitação da vítima.

Novak e Lerner (1968) mostraram que as vítimas que percebemos como mais semelhantes a nós são mais provavelmente evitadas do que aquelas que são diferentes, quando não há possibilidade de intervirmos em seu favor. Segundo estes autores, a razão para esse comportamento reside na necessidade de o indivíduo se proteger da percepção de vulnerabilidade a um destino semelhante.

Como mais tarde Lerner e Goldberg afirmam (1999):

It is not nearly so frightening when something "bad" happens to one of "them". (p. 628)

Os resultados de Jones e Aronson (1973) mostraram que uma amostra de estudantes universitários culpabiliza mais uma mulher casada e uma mulher solteira e virgem pela violação que sofreram do que uma mulher divorciada, embora esta última fosse vista como menos respeitável do que as duas primeiras. A explicação apresentada por Lerner (1980) é a seguinte: se alguém, que aparentemente não merecia tem um destino terrível, isso provoca uma ameaça nos sujeitos que sentem que também poderão estar sujeitos a esse destino, e estes tentam então reduzir essa ameaça atribuindo à vítima a causa do acto que a vitimizou. Nós, os autores deste artigo, pensamos que neste estudo os efeitos da categorização estavam presentes, dado que os sujeitos do sexo feminino se viam como mais semelhantes a uma mulher solteira ou casada e os do sexo masculino como conjuges de uma mulher casada, respectivamente, do que como mulheres divorciadas ou como ex-conjuges de mulheres divorciadas.

Jones e Aronson (1973) citam também um estudo de Landy e Aronson em que os sujeitos atribuem uma menor punição a alguém que provocava danos a uma vítima descrita como um cidadão bem sucedido e altruísta do que a alguém que provocava danos a uma vítima descrita como um cidadão desonesto e moralmente condenável. Pensamos que também neste estudo os efeitos da categorização estavam presentes, dado que os sujeitos se viam como mais semelhantes a um cidadão respeitável do que a um cidadão desonesto.

Por sua vez, Dalbert e Yamauchi (1994) consideram que quanto mais socialmente semelhante o observador é da vítima maior a probabilidade de que o observador aceite a vítima como membro de uma unidade social e, portanto, mais ameaçado se sentirá pela injustiça potencial e mais a negará. Dalbert e Yamauchi (1994) mostraram que a situação de um grupo em desvantagem era considerada como mais justa pelos sujeitos com elevada CMJ e pelos sujeitos mais semelhantes socialmente aos do grupo em desvantagem, sendo estes dois efeitos independentes.

Também Bloom, Kang e Romano (1991) consideram que tendemos a evitar as pessoas que nos lembram a própria morte, e que isso é verdade especialmente quando não se pode explicar a doença da pessoa pelo seu estilo de vida e os

observadores são semelhantes à vítima em idade e sexo. Nesta situação, o distanciamento, quer físico quer psicológico, este último por exemplo através da culpabilização da vítima, pode ser um meio de evitar a ameaça.

Julgamos que o conjunto destes estudos constitui uma evidência experimental que apoia a importância da categorização no efeito da CMJ sobre a vitimização secundária.

A relação entre a crença no mundo justo e o bem-estar psicológico

Como já referimos, Lerner e Goldberg (1999) consideram que a CMJ é essencial para a manutenção de um sentimento de segurança face às ameaças da vida.

Becoming aware that something "bad" has happened to a "good" person is upsetting in many ways. Besides the anger or sadness stemming from the violation of one's moral intuitions, it implies that one is living in a dangerous world where being virtuous provides no assurance of freedom from terrible harm. (Lerner & Goldberg, 1999, p. 635)

E num outro texto, Lerner afirma:

For the sake of their own future security, most people do not want to believe that uncontrollable or random forces can inflict undeserved suffering. (Lerner, 1996, p. 158)

De facto, um conjunto importante de estudos tem mostrado que a CMJ está associada ao bem-estar psicológico.

Num estudo realizado numa amostra de adultos na Irlanda do Norte, Ritter, Benson e Snyder (1990) mostraram que a CMJ estava negativamente correlacionada com a depressão. Também Dalbert e Katona-Sallay (1996), numa amostra de sujeitos húngaros, encontraram uma correlação positiva entre a CMJ e a satisfação com a vida até ao momento presente.

Lipkus, Dalbert e Siegler (1996) distinguiram a CMJ para si e a CMJ para os outros e observaram que estas duas crenças estavam muito correlacionadas. Verificaram também que a CMJ para si prediz menor depressão, menos *stress* e maior satisfação com a vida, e que a CMJ para os outros prediz a percepção da satisfação que os outros têm na vida.

Numa amostra de mulheres, Heaven e Connors (1988) encontraram maior introversão e maior instabilidade nas que têm maior pontuação nos itens que medem a crença num mundo injusto.

Por seu turno, Tomaka e Blascovich (1994) observaram uma relação entre a CMJ e a resposta a uma situação de *stress*. Os resultados sugerem que indivíduos com elevada CMJ tendem a avaliar e a sentir os *stressores* quotidianos como desafios, enquanto que os com baixa CMJ tendem a experienciar os mesmos acontecimentos como ameaças. No estudo que realizaram, aqueles autores verificaram que estes resultados obtidos em vários tipos de medidas (respostas cognitivas,

avaliação subjectiva do *stress*, reactividade fisiológica e desempenho) eram consistentes entre si.

Dalbert (1993, citada em Lerner, 1996) encontrou uma correlação positiva entre CMJ e satisfação com a vida numa amostra de trabalhadores desempregados ou ameaçados de desemprego.

Numa amostra de casais, Lipkus e Bissonette (1996) mostraram que quanto maior a CMJ maior a tendência para exibir um comportamento construtivo face a um comportamento potencialmente agressivo do parceiro. Por outro lado, ainda nesta amostra, para os casais mais velhos, a CMJ predizia a satisfação conjugal e a baixa frequência de conflito. Para os casais mais novos, obtiveram uma tendência no mesmo sentido, embora não significativa.

Com base nestes resultados Lerner (1996) afirma:

(...) the belief in a just world can provide a buffer between crises people face and the threats they experience (p. 159).

Assim, estamos perante um aparente paradoxo: o mecanismo que nos protege do *stress* dos acontecimentos negativos com que nos confrontamos leva-nos a distorcer os acontecimentos e a avaliação que fazemos das pessoas que sofrem, o que pode levar a que contribuamos para o aumento desse sofrimento.

A crença no mundo justo e o processamento da informação

Um dos aspectos que recentemente tem recebido a atenção do autor da teoria da CMJ é o processamento da informação. De facto, Lerner (1987, 1998) defende que a CMJ, embora adquirida precocemente, pode não ser consciente e revelar-se apenas num modo experiencial (Epstein, Lipson, Holstein & Hub, 1992).

Baseando-se nos trabalhos de outros psicólogos sobre o processamento de informação, Lerner e Goldberg (1999) apresentam um resumo dessas contribuições e dos estudos que apoiam empiricamente a tese de que a CMJ se refere a um nível de processamento pré-consciente. Vamos de seguida apresentar resumidamente essas reflexões de Lerner.

Segundo autores como Greenwald e Banaji (1995), Epstein, Lipson, Holstein e Hub (1992) e Schweder e Haidt (1993), existem níveis diferentes de processamento da informação:

- um nível consciente, que se aproxima do modelo de homem económico e racional, ao pressupor que o comportamento dos seres humanos é guiado conscientemente pela procura da maximização dos ganhos e da minimização dos custos;
- e um nível pré-consciente ou inconsciente, que permite uma avaliação e resposta rápida às situações, de um modo automático, sendo por isso mais provável quando as situações são emocionalmente envolventes.

Segundo Lerner e Goldberg (1999), a CMJ corresponde a um processamento pré-consciente, que Epstein e colaboradores (1992) denominam como experiencial, e onde se localizam também os outros pressupostos fundamentais que as pessoas têm acerca de si próprias e do mundo. Assim, a teoria da CMJ pressupõe que o processamento da informação relativo às vítimas pode ocorrer em dois níveis:

- no nível consciente, o observador tem pensamentos conscientes acerca da vítima e realiza julgamentos que vão originar comportamentos face às vítimas que são decididos segundo os critérios racionais que constituem as normas sociais;
- simultaneamente, ao nível pré-consciente ou inconsciente, o seu comportamento e os seus julgamentos são guiados por regras não racionais e não convencionais, de que os indivíduos não têm consciência.

Para expressar a ocorrência destes dois processos em simultâneo, Lerner e Goldberg (1999) afirmam:

Although their conscious thoughts are couched in conventional terms, and reflect normatively acceptable ways of making sense out of, “rationalizing”, what they are supposed to be feeling and doing, the internal dynamics that are operating out of their awareness may lead them to help, avoid or derogate an innocent victim (p. 631).

Segundo Lerner (1987), estes dois sistemas estão de acordo quanto ao facto de a CMJ ser um princípio de justiça. Ou seja, as pessoas, quer consciente quer inconscientemente, acreditam que as pessoas têm o que merecem. No entanto, estes dois sistemas diferem no processo de julgamento acerca da responsabilidade das vítimas:

- o processo consciente assume que as pessoas tomam essa decisão depois de uma análise racional dos acontecimentos que levaram à vitimização;
- o processo pré-consciente ou inconsciente implica um julgamento não racional, mas que o indivíduo posteriormente justifica com base numa razão aparentemente racional.

Lerner e Goldberg (1999) especificam os processos experienciais que podem levar à culpabilização de vítimas inocentes e apresentam evidência experimental que apoia a acção da CMJ segundo estes processos. Esses processos são:

- i) os processos automáticos, nomeadamente:
 - ia) o enviesamento de correspondência; e
 - ib) o enviesamento *hind-sight*;
- ii) os processos guiados pelo afecto, nomeadamente:
 - iiia) o afecto como informação; e
 - iiib) as construções cognitivamente motivadas.

(ia) O enviesamento de correspondência

O enviesamento de correspondência é um processo automático que consiste na tendência dos sujeitos para atribuírem responsabilidade por acontecimentos à pessoa mais próxima na cadeia causal que leva a um acontecimento (Gilbert & Malone, 1995). Segundo Lerner e Goldberg (1999), isso pode explicar o facto de as pessoas geralmente não gostarem de ser os portadores de más notícias (Tesser & Rosen, 1972), bem como o facto de pessoas que causam danos acidentalmente sentirem-se culpadas, como se o tivessem feito intencionalmente (Freedman, Wallington & Bless, 1967; McGraw, 1987).

(ib) O enviesamento hind-sight

O enviesamento *hind-sight* refere-se à compreensão do que devia ter sido feito depois da acção ter tido lugar (Fischhoff, 1975), e aumenta a crença da probabilidade de um acontecimento levar a uma determinada consequência, quando tomamos conhecimento de que essa consequência de facto se verificou. A ilusão de que “eu já sabia” pode levar facilmente a concluir “ele/ela já devia ter visto antes”, ou seja, pode levar à ideia de que a vítima devia ter antecipado que os seus comportamentos estavam a contribuir para a sua vitimização, e assim pode resultar na culpabilização de vítimas inocentes (Jannoff-Bulman, Timko & Carli, 1985).

Quanto aos processos guiados pelo afecto, um deles é o afecto como informação e o outro são as construções cognitivamente motivadas.

(iia) O afecto como informação tem dois tipos de efeitos

- o enviesamento de atribuição pode levar a que as emoções provocadas por uma fonte possam ser atribuídas a outra fonte. Sendo assim, segundo Lerner e Goldberg (1999), as pessoas poderão atribuir ao carácter ou ao comportamento irresponsável das vítimas as emoções negativas que lhes são provocadas, por exemplo, pela constatação da injustiça a que a vítima foi sujeita (Wyer, Bodenhausen & Gorman, 1985), quer por exemplo, por um aumento de ansiedade provocado pelo aumento da consciência de si próprio (Thornton, 1984). Outro exemplo é-nos dado por Rozin, Markwith e McCauley (1994), cujos resultados mostraram que, embora as pessoas não sejam capazes de o explicar racionalmente, rejeitam o contacto com objectos que tiveram contacto com pessoas vitimizadas, transferindo a emoção negativa provocada pela vítima para os objectos com que esta esteve em contacto.
- as atribuições específicas das emoções referem-se ao facto de as pessoas quando ficam zangadas terem maior probabilidade de atribuir responsabilidade às pessoas em vez de a atribuir às circunstâncias (Keltner, Ellsworth &

Edwards, 1993; Smith & Ellsworth, 1985). De facto, se considerarmos que as injustiças provocam reacções emocionais negativas, na presença de uma vítima os observadores poderão culpabilizar o agente da injustiça, ou ironicamente, a própria vítima.

(iib) As construções cognitivamente motivadas referem-se à preservação da ideologia do indivíduo

Assim, diversos estudos têm mostrado que as pessoas com maior crença no mundo justo tendem a culpabilizar mais as vítimas do que as pessoas que acreditam menos no mundo justo (Furnham & Procter, 1989).

Como evidência para o processamento inconsciente da reacção às vítimas estão os estudos que mostram que os observadores de uma situação em que os sujeitos experimentais culpabilizam as vítimas não são capazes de antecipar as reacções desses sujeitos nem de antecipar a sua reacção numa situação idêntica (Simmons & Piliavin, 1972; Lerner, 1971b; Miller, 1975, 1977). Outra linha de estudos que apoiam a importância do processamento pré-consciente são os que mostram que pessoas que tomam decisões seguindo critérios estritamente racionais muitas vezes sentem-se culpadas e arrependidas da decisão tomada, como por exemplo a decisão de internar os pais em lares de idosos (Brody, 1985) ou a decisão de despedimento de empregados em processos de reestruturação de empresas tomadas pelos gestores (Smith, 1994; Levinson, 1994). Estas reacções contradizem a hipótese segundo a qual as pessoas tendem a poupar-se ao sofrimento, recorrendo a atribuições *self-serving* (Shaver, 1985), bem como a teoria da dissonância cognitiva que prediria uma desvalorização dos empregados despedidos para manter a CMJ.

Segundo Lerner (1987), a actuação conjunta dos dois níveis de processamento da informação leva a uma procura de satisfação dos *entitlements* derivados do nível pré-consciente, sem que no entanto se deixem de respeitar as expectativas derivadas do processamento consciente. Ou seja, mesmo quando as situações são emocionalmente envolventes, e a decisão consciente se torna difícil, os sujeitos procuram sempre exprimir as motivações pré-conscientes de um modo adaptado às expectativas normativas.

Como evidência experimental que apoia esta compatibilização entre os dois níveis de processamento, Lerner (1987) refere os resultados de estudos que mostram que:

- a possibilidade de ajudar outros dando-lhes uma parte do seu ordenado (desde que este pagamento seja justo) constitui um maior incentivo para o trabalho do que quando os sujeitos sabem que todo o seu ordenado fica para eles próprios, o que mostra que, quando a ajuda aos outros não põe em causa a sobrevivência do indivíduo que ajuda, é mais provável que as pessoas ajudem (Miller, 1975; 1977).
- as pessoas mostram-se mais disponíveis para comprar objectos que não são de primeira necessidade por um preço muito elevado, quando sabem que o

dinheiro reverte a favor de vítimas, do que para dar dinheiro para as vítimas, embora, objectivamente, quando comprem os objectos, dado o seu preço elevado, estejam a perder mais dinheiro do que se dessem o dinheiro sem comprar nada (Holmes, citado em Lerner, Miller & Holmes, 1976).

- perante a possibilidade de escolha entre punir um autor de uma vitimização ou uma alternativa que lhes trouxesse mais benefícios económicos, os sujeitos preferem punir um autor de uma vitimização, alegando o dever de proteger aqueles que dependem apenas deles (Meindl e Lerner, 1983).

Lerner (1987) considera que esta necessidade de compatibilizar os dois níveis de processamento da informação pode levar os sujeitos a encontrar razões que acreditem serem objectivas para a culpabilização de vítimas inocentes.

Lerner e Goldberg (1999) chamam assim a atenção para a necessidade de as situações experimentais serem realistas:

People can not recall and counscioulsy represent these introspectively opaque processes. The main scientific risk is that social psychologists will infer that they have an adequate representation of human motivation — what people care about and why — from their participants' thoughtfull efforts to imagine how they would respond to an important event. (p. 639)

Conclusões

A evidência experimental apresentada apoia fortemente a explicação da vitimização secundária como consequência da necessidade de manter a CMJ: quer quando se manipula a ameaça à CMJ e se mede a vitimização secundária, quer quando se correlaciona o grau de CMJ dos sujeitos com a vitimização secundária. Estes estudos têm-se desenvolvido maioritariamente numa abordagem interpessoal, mas existe já alguma evidência experimental que encoraja a sua extensão aos contextos intra e intergrupais. Pensamos que esta será uma linha de investigação que futuramente poderá conhecer desenvolvimentos importantes, especialmente se integrada com as teorias dos grupos e das relações intergrupais, como por exemplo a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979). Desenvolvimentos teóricos recentes têm considerado a CMJ como um processo ao nível pré-consciente, o que tem implicações no desenho das situações experimentais que não devem ser esquecidas pelos investigadores.

Notas

- 1 Esta revisão de literatura foi financiada pelo Programa Projecto PRAXIS/P/PSI/12091/1998 financiado pela FCT.
- 2 Embora o conceito de culpa seja diferente do de responsabilidade, neste texto usaremos os dois termos como intermutáveis. Shaver e Drown (1986), numa revisão de literatura, mostram que em muitos estudos (e.g. Bulman & Wortman, 1977) os construtos de causalidade, responsabilidade e culpa têm sido empregues indistintamente, o que torna difícil comparar resultados de estudos diferentes.
- 3 Um outro resultado nesta mesma linha foi obtido por Stephan e Holahan (1982), que mostraram que observadores exteriores consideram que as pessoas com profissões de estatuto mais elevado são mais merecedoras de sucesso do que as pessoas com profissões de estatuto mais baixo.
- 4 Os sujeitos avaliavam a vítima num conjunto de 15 adjectivos bipolares que depois foram combinados num único índice de atractividade da vítima.
- 5 Cialdini, Kendrick e Hoerig (1976) consideram que no estudo de Lerner e Simmons (1966) os sujeitos podem ter-se sentido indirectamente responsáveis pelo sofrimento da vítima dado que a vítima estava a sofrer para que os sujeitos pudessem observar a sua reacção. No entanto, Lerner e Simmons tinham tentado construir uma situação experimental em que isso não ocorresse.
- 6 Autores como Rubin & Peplau (1975), Ahmed e Stewart (1985) consideram a CMJ como um construto unidimensional. Em oposição a estes autores, Furnham (1985), Furnham e Gunter (1984), Heaven e Connors (1988), Furnham e Procter (1992) e Hyland e Dann (1987) defendem que a CMJ é um conceito multidimensional.
- 7 A precisão da escala medida através do *alfa* de Cronbach tem sido variável consoante as amostras. Com base numa revisão de literatura, referimos os seguintes valores: 0,79 (Rubin & Peplau, 1973); 0,67 (Smith & Green, 1984); 0,078 (Ma & Smith, 1995); valores entre 0,53 e 0,81 em amostras de 12 culturas (Furnham, 1988; citados por Furnham & Procter, 1992).

Referências

- Ahmed, S. M., & Stewart, R. A. (1985). Factor analytical and correlational study of the just world scale. *Perceptual and Motor Skills*, 60, 135-140.
- Aronson, E., & Mills, J. (1959). The effects of severity of initiation on liking for a group. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 59, 177-181.
- Bettelheim, B. (1943). Individual and mass behavior in extreme situations. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 38, 417-452.
- Bierhoff, H. W., Klein, R., & Kramp, P. (1991). Evidence for the altruistic personality from data on accident research. *Journal of Personality*, 59, 263-280.
- Bloom, J. R., Kang, S. H., & Romano, P. (1991). Cancer & stress: The effects of social

- support as a resource. In C. L. Cooper & M. Watson (Eds.), *Cancer and stress: Psychological, biological and coping studies* (pp. 95-124). Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Brickman, P., Rabinowitz, V. C., Karuza, J., Coates, D., Cohen, E. & Kidder, L. (1982). Models of helping and coping. *American Psychologist*, 37, 368-384.
- Brody, E. (1985). Parent care as a normative family stress. *The Gerontologist*, 25, 19-29.
- Bulman, R. J., & Wortman, C. B. (1977). Attributions of blame and coping in the "real world": Severe accident victims react to their lot. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 352-363.
- Cialdini, R. B., Kendrick, D. T. & Hoerig, J. H. (1976). Victim derogation in the Lerner paradigm: Just world or just justification? *Journal of Personality and Social Psychology*, 33, 719-724.
- Clayton, S. D. (1992). The experience of injustice: Some characteristics and correlates. *Social Justice Research*, 5, 71-91.
- Clyman, R. I., Roth, R. S., Sniderman, S. H., & Charrier, J. (1980). Does a belief in a "just world" affect health care provides reactions to perinatal illness? *Journal of Medical Education*, 55, 538-539.
- Cobb, S. (1976). Social support as a moderator of life stress. *Psychosomatic Medicine*, 38, 300-314.
- Cobb, S., & Erbe, C. (1978). Social support for the cancer patient. *Forum Med.*, 1, 24-29.
- Comby, L., Devos, T., & Deschamps, J. C. (1995). Croyance en un monde juste: responsabilités comportementale et morale attribuées aux personnes séropositives. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2, 83-106.
- Connors, J., & Heaven, P. C. L. (1990). Belief in a just world and attitudes towards AIDS suffers. *The Journal of Social Psychology*, 130, 559-560.
- Dalbert, C. (1993) Gefährdung des Wohlbefindens durch arbeitsplatzunsicherheit: Eine analyse der einflussfaktoren selbstwert und gerechte-welt-glaube. *Zeitschrift für Gesundheitspsychologie*, 4, 294-310.
- Dalbert, C., & Katona-Sallay, H. (1996). The "belief in a just world" construct in Hungary. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 27, 293-314.
- Dalbert, C., Fisch, U., & Montada, L. (1992). Is inequality unjust? Evaluating women's career chances. *Revue Européenne de Psychologie Appliquée*, 42, 11-17.
- Dalbert, C., Montada, L., & Schmitt, M. (1987). Glaube an eine gerechte Welt als Motiv: Validierungskorrelate zweier skalen. *Psychologische Beiträge*, 29, 596-615.
- Dalbert, C., & Yamauchi, L. A. (1994). Belief in a just world and attitudes towards immigrants and foreign workers: A cultural comparison between Hawaii and Germany. *Journal of Applied Social Psychology*, 24, 1612-1626.
- Davis, K. E., & Jones, E. E. (1960). Changes in interpersonal perception as a means of reducing cognitive dissonance. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 61, 402-410.
- Deutsch, M. (1985). *Distributive justice*. New Heaven, CT: Yale University Press.
- Dion, K. L., & Dion, K. K. (1987). Belief in a just world and physical attractiveness stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 775-780.
- Dolinski, D. (1991). What is the source of the belief in an unjust polish world? *Polish Psychological Bulletin*, 22, 43-51.

- Drout, C. E., & Gaertner, S. L. (1994). Gender differences in reactions to female victims. *Social Behavior and Personality*, 22, 267-277.
- Ellard, J. H., & Bates, D. D. (1990). Evidence for the role of the justice motive in status generalization processes. *Social Justice Research*, 4, 115-134.
- Epstein, S., Lipson, A., Holstein, C., & Hub, E. (1992). Irrational reactions to negative outcomes: Evidence for two conceptual systems. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 328-339.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Fischhoff, B. (1975). Hindsight (does not equal) foresight: The effects of outcome knowledge on judgments under uncertainty. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 1, 288-299.
- Flavell, J. H. (1977). *Cognitive development*. Nova Jérsea: Prentice-Hall.
- Freedman, J. L., Wallington, S. A., & Bless, E. (1967) Compliance without pressure: The effects of guilt. *Journal of Personality and Social Psychology*, 7, 117-124.
- Furnham, A. (1985). Just world beliefs in an unjust society: A crosscultural comparison. *European Journal of Social Psychology*, 15, 363-366.
- Furnham, A. (1993). Just world beliefs in twelve societies. *The Journal of Social Psychology*, 133, 317-329.
- Furnham, A., & Gunter, B. (1984). Just world beliefs and attitudes toward the poor. *British Journal of Social Psychology*, 23, 265-269.
- Furnham, A., & Procter, E. (1989). Belief in a just world: Review and critique of the individual difference literature. *British Journal of Social Psychology*, 28, 365-384.
- Furnham, A., & Procter, E. (1992). Sphere-specific just world beliefs and attitudes to AIDS. *Human Relations*, 45, 265-280.
- Gilbert, D. T., & Malone, S. P. (1995) The correspondence bias. *Psychological Bulletin*, 117, 21-38.
- Glass, D. C. (1964). Changes in liking as a means of reducing cognitive discrepancies between self-esteem and aggression. *Journal of Personality*, 32, 531-549.
- Glennon, F., Joseph, S., & Hunter, J. A. (1993). Just world beliefs in unjust societies: Northern Ireland. *The Journal of Social Psychology*, 133, 591-592.
- Glennon, F. & Joseph, S. (1993). Just world beliefs, self-esteem and attitudes towards homosexuals with AIDS. *Psychological Reports*, 72, 584-586.
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Nova Jérsea: Prentice-Hall.
- Greenwald, A. G. e Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4-27.
- Hallie, P. P (1971). Justification and rebellion. In N. Sanford & C. Comstock (Eds.), *Sanctions for evil*. São Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Harper, D. J., & Manasse, P. R. (1992). The just world and the third world: British explanations for poverty abroad. *The Journal of Social Psychology*, 132, 783-785.
- Heaven, P. C. L. & Connors, J. (1988) Personality, gender and just world beliefs. *Australian Journal of Psychology*, 40, 261-266.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. Nova Iorque: Wiley.
- Hewstone, M. (1989). *Causal attribution: From cognitive processes to collective beliefs*. Oxford: Blackwell.

- Hyland, M. E., & Dann, P. L. (1987). Exploratory factor analysis of the just world scale using British undergraduates. *British Journal of Social Psychology*, 26, 73-77.
- Janoff-Bulman, R. (1979). Characterological versus behavioral self-blame inquiries into depression and rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 1798-1809.
- Janoff-Bulman, R., Timko, C., & Carli, L. L. (1985). Cognitive biases in blaming the victim. *Journal of Experimental Social Psychology*, 21, 161-177.
- Jones, C., & Aronson, E. (1973). Attribution of fault to a rape victim as a function of respectability of the victim. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 415-419.
- Keltner, D., Ellsworth, P. C., & Edwards, K. (1993). Beyond simple pessimism: Effects of sadness and anger on social perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 740-752.
- Kerr, N. L., & Kurtz, S. T. (1977). Effects of a victim's suffering and respectability on mock jury judgements: Further evidence on the just world theory. *Representative Research in Social Psychology*, 8, 42-56.
- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of rape victim by men and women with high and low belief in a just world. *Psychology of Women Quarterly*, 14, 343-353.
- LaDoux, P., Fish, J. M., & Mosatche, H. S. (1989). Attribution of responsibility and perceived similarity as a function of severity of an accident. *Journal of Personality and Clinical Studies*, 5, 125-138.
- Leftcourt, H. M. (1976). *Locus of control: Current trends in theory and research*. Hillsdale. Nova Jérsea: Lawrence Erlbaum.
- Lerner, M. J. (1965a). The effects of responsibility and choice on a partner's attractiveness following failure. *Journal of Personality*, 33, 178-187.
- Lerner, M. J. (1965b). Evaluation of performance as a function of performer's reward and attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1, 355-360.
- Lerner, M. J. (1971a). *Deserving versus justice: A contemporary dilemma*. Ontário: University of Waterloo.
- Lerner, M. J. (1971b). Observers evaluation of a victim: Justice, guilt and veridical perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 20, 127-135.
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: a fundamental delusion*. Nova Iorque: Plenum Publishing Corporation.
- Lerner, M. J. (1987). Integrating societal and psychological rules of entitlement: The basic task of each social actor and fundamental problem for the social sciences. *Social Justice Research*, 1, 107-125.
- Lerner, M. J. (1996). Victims without harmdoers: Human casualties in the pursuit of corporate efficiency. In L. Montada & M. J. Lerner (Eds.), *Current societal concerns about justice*. Nova Iorque: Plenum Press.
- Lerner, M. J. (1998). The two forms of belief in a just world: Some thoughts on why and how people care about justice. In L. Montada & M. J. Lerner (Eds.), *Responses to victimizations and belief in a just world*. Nova Iorque: Plenum Press.
- Lerner, M. J., & Goldberg, J. H. (1999). When do decent people blame victims? The differing effects of the explicit/rational and implicit/experiential cognitive systems. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology*. Nova Iorque: Guilford.

- Lerner, M. J., & Matthews, P. (1967). Reactions to suffering of others under conditions of indirect responsibility. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5, 319-325.
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85, 1030-1051.
- Lerner, M. J., Miller, D. T., & Holmes, J. G. (1976). Deserving vs. justice: A contemporary dilemma. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (vol. 9). Nova Iorque: Academic Press.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). The observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 203-210.
- Levinson, H. (1994). Why the behemoths fell: Psychological roots of corporate failure. *American Psychologist*, 49, 428-436.
- Lincoln, A., & Levinger, G. (1972). Observers' evaluations of the victim and the attacker in an aggressive incident. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 202-210.
- Lipkus, I. (1991). The construction and validation of a global belief in a just world scale and the exploratory analysis of the multidimensional belief in a just world scale. *Personality and Individual Differences*, 12, 1171-1178.
- Lipkus, I. M., & Bissonnette, V. L. (1996). Relations among belief in a just world, willingness to accommodate and marital well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 1043-1056.
- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the belief in a just world for self versus for others: Implications for psychological well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 666-677.
- Long, G. T., & Lerner, M. J. (1974). Deserving, the "personal contract", and altruistic behavior by children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 551-556.
- Ma, L., & Smith, J. B. (1985). Individual and social correlates of the just world belief: A study of Taiwanese college students. *Psychological Reports*, 57, 35-38.
- MacDonald, A. P. Jr. (1972). More on the Protestant ethic. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 39, 116-122.
- MacLean, M. J., & Chown, S. M. (1988). Just world beliefs and attitudes toward helping elderly people: A comparison of British and Canadian university students. *International Journal of Aging and Human Development*, 26, 249-260.
- Maes, J. (1994). Blaming the victim: Belief in control or belief in justice? *Social Justice Research*, 7, 69-90.
- McGraw, K. M. (1987). Guilt following transgression: An attribution of responsibility approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 247-256.
- Meindl, J. R., & Lerner, M. J. (1983). The heroic motive: Some experimental demonstrations. *Journal of Experimental Social Psychology*, 19, 1-20.
- Miller, D. T. (1975). *Personal deserving versus justice for others: An exploration of the justice motive*. Tese de doutoramento, University of Waterloo.
- Miller, D. T. (1977). Personal deserving and justice for others: An exploration of the justice motive. *Journal of Experimental Social Psychology*, 13, 1-13.
- Miller, D. T., & Ross, M. (1975). Self-serving biases in the attribution of causality: Fact or fiction? *Psychological Bulletin*, 82, 213-225.
- Mills, J., & Egger, R. (1972). Effect on derogation of a victim of choosing to reduce his distress. *Journal of Personality and Social Psychology*, 23, 405-408.

- Montada, L. (1992). Attribution of responsibility for losses and perceived injustice. In L. Montada, S. H. Filipp, & M. J. Lerner (Eds.), *Life crises and the experience of loss in adulthood* (pp. 133-161). Hillsdale, Nova Jérσία: Erlbaum.
- Montada, L. (1994). Injustice in harm and loss. *Social Justice Research*, 7, 5-28.
- Muller, R. T., Caldwell, R. A., & Hunter, J. E. (1994). Factors predicting the blaming of victims of physical child abuse or rape. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 26, 259-279.
- Murdock, G. P. (1980). *Theories of illness: A world survey*. Pittsburgh, P.A: University of Pittsburgh Press.
- Novak, D. W., & Lerner, M. J. (1968). Rejection as a consequence of perceived similarity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 147-152.
- Peplau, L. A., & Tyler, T. (1975). *Belief in a just world and political attitudes*. Comunicação apresentada no encontro da Western Psychological Association, Sacramento, California.
- Piaget, J. (1965). *The moral judgment of the child*. Nova Iorque: Free Press.
- Pryor, J. B. & Reeder, G. D. (1993). Collective and individual representations of HIV/AIDS stigma. In J. B. Pryor & G. D. Reeder (Eds.), *The social psychology of HIV infection* (pp. 263-286). Nova Jérσία: Lawrence Erlbaum.
- Pryor, J. B., & G. D. Reeder (Eds.) (1993). *The social psychology of HIV infection*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Ritter, C., Benson, D. E. & Snyder, C. (1990). Belief in a just world and depression. *Sociological Perspectives*, 33, 235-252.
- Robinson, R., & Bell, W. (1978). Equality, sucess and social justice in England and the United States. *American Sociological Review*, 43, 125-143.
- Robinson, W. P. (1996). *Social groups & identities*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Rozin, P., Markwith, M. & McCauley, C. (1994). Sensitivity to indirect contact with other persons: AIDS aversion as a composite of aversion to strangers, infection, moral taint, and misfortune. *Journal of Abnormal Psychology*, 103, 495-504.
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1973). Belief in a just world and reactions to another's lot: A study of participants in the National Draft Lottery. *Journal of Social Issues*, 29, 73-93.
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1975). Who believes in a just world? *Journal of Social Issues*, 31, 65-89.
- Ryan, W. (1971). *Blaming the victim*. Nova Iorque: Pantheon.
- Schweder, R. A., & Haidt, J. (1993). The future of mortality: Truth, intuition and the pluralistic way. *Psychological Science*, 4, 360-365.
- Seligman, M. E. F. (1975). *Helplessness: On depression, development and death*. São Francisco: Freeman.
- Shaver, K. G. (1985). *The attribution of blame: Causality, responsibility and blameworthiness*. Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Shaver, K. G., & Drown, D. (1986). On causality, responsibility and self-blame: A theoretical note. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 697-702.
- Simmons, C. W., & Piliavin, J. A. (1972). Effects of deception on reactions to a victim. *Journal of Personality and Social Psychology*, 21, 56-60.
- Simon, B., & Brown, M. J. (1987). Perceived intragroup homogeneity in minority-majority contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 703-711.

- Smith C. A., & Ellsworth, P. C. (1985). Patterns of cognitive appraisal in emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 813-838.
- Smith, K. B. (1985). Seeing justice in poverty: The belief in a just world and ideas about inequalities. *Sociological Spectrum*, 5, 17-29.
- Smith, K. B., & Green, D. N. (1984). Individual correlates of the belief in a just world. *Psychological Reports*, 52, 435-438.
- Smith, L. (1994). Burned-out bosses. *Fortune*, 130, 44-52.
- Snyder, M. L., Kleck, R., Strenta, A., & Mentzer, S. (1979). Avoidance of the handicapped: An attributional ambiguity analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 2297-2306.
- Stein, G. M. (1973). Children's reactions to innocent victims. *Child Development*, 44, 805-810.
- Stephan, C. W., & Holahan, C. K. (1982). The influence of status and sex-typing on assessments of occupational outcome. *Sex Roles*, 8, 823-833.
- Stokols, D. & Schopler, J. (1973). Reactions to victims under conditions of situational detachment: The effects of responsibility, severity and expected future interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 25, 199-209.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of social conflict. In W. Austin & S. Worschel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations*. Monterey: Brooks.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. G., & Bundy, R. P. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Taylor, C., & Kleinke, C. L. (1992). Effects of severity of accident, history of drunk driving, intent and remorse on judgments of a drunk driver. *Journal of Applied Social Psychology*, 22, 1641-1655.
- Tesser, A., & Rosen, S. (1972). Similarity of objective fate as a determinant of the reluctance to transmit unpleasant information: The MUM effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 23, 46-55.
- Thornton, B. (1984). Defensive attribution of responsibility: Evidence for an arousal-based motivational bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 721-734.
- Tomaka, J., & Blascovich, J. (1994). Effects of justice beliefs on cognitive appraisal of and subjective physiological, and behavioral responses to potential stress. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 732-740.
- Vala, J. (1993). Valores socio-políticos. In L. França (Ed.), *Portugal: Valores europeus — identidade cultural*. Lisboa: IED.
- Wagstaff, G. F. (1983). Correlates of the just world in Britain. *Journal of Social Psychology*, 121, 145-146.
- Wagstaff, G. F., & Quirk, M. A. (1983). Attitudes to sex-roles, political conservatism and belief in a just world. *Psychological Reports*, 52, 813-814.
- Wittig, M. A. (1996). An introduction to social psychological perspectives on grassroots organizing. *Journal of Social Issues*, 52, 3-14.
- Wortman, C. B., & Brehm, J. W. (1975). Responses to uncontrollable outcomes: An integration of reactance theory and the learned helplessness model. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, (Vol 8). Nova Iorque: Academic Press.

- Wyer, R. S., Bodenhausen, G. V., & Gorman, T. F. (1985). Cognitive mediators of reactions to rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 324-338.
- Yaryan, R. B., & Festinger, L. (1961). Preparatory action and belief in the probable occurrence of future events. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 93, 603-607.
- Zucker, G. S., & Weiner, B. (1993). Conservatism and perceptions of poverty: An attributional analysis. *Journal of Applied Social Psychology*, 23, 925-943.
- Zuckerman, M., Gerbasi, K. C., Kravitz, R. I., & Wheeler, L. (1974). The belief in a just world and reactions to innocent victims. *JSAS Catalog of Selected Documents in Psychology*, 5, 326.

Belief in a just world theory and secondary victimization: Empirical studies and theoretical developments (abstract) This article presents the literature relative to the theory and empirical findings relating the belief in a just world (BJW) theory with secondary victimization. We first summarize the BJW theorie and the studies from which it was built. Secondly, we present the studies in which the observers' BJW level is measured by a scale. These studies allowed an evaluation of the level of the observer's BJW in secondary victimization and psychological well-being. We also present the studies that introduce the categorization variable on the relation between BJW and secondary victimization. Finally we discuss the relation between BJW and levels of information processing.